



GT 75. Retomadas e re-existências indígenas e negras

Coordenador(es):

Cauê Fraga Machado (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sandro José da Silva (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Sessão 1

Debatedor/a: João Daniel Dorneles Ramos (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 2

Debatedor/a: Luiza Dias Flores (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Sessão 3

Debatedor/a: Sonia Regina Lourenço (Universidade Federal de Mato Grosso)

A antropologia vem tradicionalmente tratando territorialidades negras, quilombolas e indígenas – especialmente do Nordeste – nas chaves analíticas da invenção da tradição, da etnogênese, da fricção interétnica, da reminiscência e da plasticidade identitária. Esses conceitos, além de estarem, na maioria das vezes, atrelados a relação desses coletivos com o Estado-nação, privilegiam apenas as relações políticas entre agentes humanos. Etnografias mais contemporâneas, vêm apresentando dados nos quais categorias nativas como as de retomada e resistência – não apenas como reagente, mas como re-existir – territorial e existencial, quando tomadas como conceitos descrevem diferentes vínculos entre actantes dos mais diversos modos de existência. Esses entes produzem reflexões cosmopolíticas e modos de agir com (ou contra) o Estado-nação de modos antes insuspeitos. Não pela via da memória ou da prova, mas pela cosmologia e relacionalidade estendida a todos existentes, recupera-se algo dado como perdido, inexistente. São “identidades” e territorialidades que sempre existiram, mas estavam aguardando momento propício para se realizar, retomando terras, práticas, contato com seres, objetos, linguagens sem que essas nunca tenham sido perdidas de fato. Nesse GT, privilegiaremos trabalhos etnográficos e reflexões teóricas acerca desse novo cenário no qual indígenas e coletivos negros reclamam sua existência.

Ancestrais e Antepassados entre associações políticas e culturais afroguadalupenses no Caribe

Autoria: Mariana Vitor Renou (CEFET/RJ) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca)

Essa comunicação apresenta parte da pesquisa que realizei no doutorado acompanhando associações de Guadalupe, no Caribe, entre 2013 e 2015, que resultou na tese defendida em 2017. Durante a pesquisa, estive próxima do CIPN (Comité International des Peuples Noir), o MIR (Mouvement International Pour les Réparations), associação Nwar Dea 8, a Associação Moose Art e do Voukoum (um dos mais importante 'group a po' de Guadalupe, grupos carnavalescos que se denominam como 'movimentos culturais'). Os membros desses coletivos identificam-se como 'afrodescendentes', qualificam o work que desenvolvem como político e/ou cultural e estão inseridos em uma rede de associações em permanente interlocução. Boa parte do work que realizam pode ser definido pelos conceitos nativos de Reparções e Autoreparções, que partem do passado de tráfico e escravização de africanos (seus antepassados) e da contínua história de violências, racismo, intolerância, assimilação e mortes (de todos os tipos) que vivenciam até o presente enquanto afroguadalupenses. Na tese abordo as diferentes maneiras pelas quais os membros dessas associações buscam por um lado observar, perceber e redescobrir de fato quem são profundamente, diante de uma 'história de assimilação?', e, sobretudo, buscam recriar-se, reconstruir-se de modo fundamental, enquanto



guadeloupéen et guadeloupéenne afrodescendentes, bem como o arquipélago que habitam. Nesse processo de autoreparar-se uma série de procedimentos e performances são realizados, que pressupõem restaurar, recuperar, valorizar, criar o que há de mais profundo e original e que foi perdido, destruído, apagado e negligenciado. De maneira importante, está a redescoberta e conexão com os ancestrais e antepassados, que não são os gauleses, ainda que durante toda a infância e juventude tivessem aprendido isso repetidamente na escola e mesmo no seio familiar. Assim, nesta comunicação privilegio os movimentos que meus interlocutores faziam de maneira a presentificar e se reconectarem de diversos modos com seus ancestrais e antepassados. Nos seus processos de autoreparações e nas ações em que exigiam reparações, meus interlocutores criaram um tipo de espiritualidade específica, que buscarei colocar em evidência. Os movimentos das associações reúnem, interagem com, produzem e concebem uma série de actantes que são os pontos de partidas e de base da constituição e concepção de si mesmos, e envolvem aqueles e outros grupos locais e de outras partes do Caribe, sobretudo o francês, o poder público, turistas, moradores, intelectuais, entre outros sujeitos. Desta maneira, ao refletir sobre como esses processos ocorrem, o que reúnem e produzem, os ancestrais surgem de modo importante, evidenciando cosmopolíticas, modos de existência e projetos de arquipélago.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: